

AS CONTRIBUIÇÕES DE NORBERT ELIAS PARA A COMPREENSÃO DA EMERGÊNCIA DO DEBATE SOCIOLÓGICO DA INFÂNCIA.

Sabrina da Costa Dias¹

RESUMO

Há pouco mais de uma década a sociologia tem mostrado maior interesse em estudar a infância, as crianças e suas relações com os demais grupos sociais. Em grande parte, este interesse não está isolado da sociedade em geral, visto que nos últimos anos temos assistido à emergência de um grande debate sobre as crianças e a infância, demonstrado pelas inúmeras discussões a seu respeito na mídia, assim como nas diversas ciências que passaram a conceituá-la.

Partindo de autores que identificam a ausência de estudos sobre a infância nas principais correntes sociológicas (Sirota, 2001, Qvortrup, 2010), o presente texto tem como objetivo traçar contribuições para a compreensão da emergência do debate sociológico sobre a infância, enxergando-o a partir do conceito de campo cunhado por Bourdieu (1983). Nesse sentido, interroga-se o que levou a sociologia ignorar a infância enquanto objeto de estudo. Para tanto, baseado nas perspectivas propostas por Elias (1999, 1939, 1994) pretendemos esboçar as principais mudanças conceituais que permitiram o avanço das discussões sobre a infância no campo sociológico.

Palavras Chaves: Infância, Sociologia, Socialização.

ABSTRACT

Just over a decade sociology has shown greater interest in studying childhood, children and their relations with other social groups. In large part, this interest is not isolated from society in general, since in recent years have witnessed the emergence of a major debate on children and childhood, shown by the numerous discussions about it in the media as well as the various sciences now to contextualize it.

Starting from authors who identify the lack of studies on children in mainstream sociological (Sirota, 2001, Qvortrup, 2010), this paper aims to trace contributions to understanding the emergence of the sociological debate about childhood, seeing him to from the field concept coined by Bourdieu (1983). In this sense, wonders what led sociology to ignore the child as an object of study. To do so, based on the perspectives proposed by Elias (1999, 1939, 1994) we outline the major conceptual changes that allowed the progress of discussions about childhood in the field of sociology.

Keywords: Childhood, Sociology, Socialization

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo - USP e mestranda em Sociologia da Infância pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente também é professora de educação infantil na rede privada de ensino. Contato: sabrina.dias@usp.br

INTRODUÇÃO

O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) instituiu o ano de 1979 como o ano Internacional da criança, em 1981 no âmbito da ANPED (Associação Nacional dos Pós-graduandos em Educação) foi inaugurado o GT07, denominado de GT (Grupo de Trabalho) sobre Educação Pré-escolar, sendo chamado, posteriormente de GT Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Em 1990, no cenário internacional, os sociólogos da infância reuniram-se pela primeira vez no Congresso Mundial de Sociologia, além da criação de um grupo de Sociologia da Infância no ISA (International Sociology Association) e de um grupo e trabalho também sobre Sociologia da Infância na AISLF (Association Internationale des Sociologues de Langue Française). Posteriormente, em 2009, a publicação de um *handbook* – manual ou compêndio –, que no hemisfério norte representa a consolidação de uma área do conhecimento, o Palgrave Handbook of Childhood Studies legitimaria, portanto, a Sociologia da Infância enquanto disciplina da Sociologia.

O que os fatos mencionados no parágrafo anterior possuem de semelhantes? Os eventos, ocorridos em um espaço de tempo próximo demonstram não somente a ampliação do debate sobre a infância na atualidade como também a emergência e consolidação de uma disciplina, vinculada à Sociologia, que se ocupa em compreender a totalidade da realidade social a partir das crianças: a Sociologia da Infância (SARMENTO, 2009).

No entanto, é interessante observar que o termo Sociologia da Infância foi cunhado por Marcel Mauss nos anos 30 do século XX, o autor, de certo modo, motivava a comunidade científica a legitimá-la. Porém, conforme apontam Sirota (2001) e Qvortrup (2010), a sociologia permaneceu durante um longo período ignorando a infância como objeto de estudo.

Dessa forma, a primeira parte do presente texto tem como objetivo traçar contribuições para a compreensão da emergência do debate sociológico sobre a infância, enxergando-o a partir do conceito de campo cunhado por Bourdieu (1983). Nesse sentido, interroga-se o que levou a sociologia ignorar a infância enquanto objeto de estudo. Em seguida, o texto apresenta as concepções de infância e de criança cunhadas pela corrente da sociologia clássica, explorando, principalmente, o conceito de socialização e as dicotomias sociológicas que influenciaram a elaboração de tais ideias sobre a infância e a criança. Na terceira parte do texto apresenta-se as perspectivas propostas por Elias (1994, 1999),

revelando as principais alterações conceituais que permitiram o avanço das discussões sobre a infância no campo sociológico, articulando as perspectivas desse autor ao referencial teórico da Sociologia da Infância, representado por Qvortrup (2010). Por fim, com base em Elias (1994, 1999), Qvortrup (2010) e Ariés (1981) explora-se o processo histórico que contribuiu para a ocultação da infância nas análises sociológicas.

A INFÂNCIA E A MARGINALIDADE CONCEITUAL

A fim de compreender o processo bem como as rupturas conceituais que permitiram a emergência da discussão sobre a infância na esfera sociológica, utilizaremos como referencial teórico o conceito de campo sistematizado por Bourdieu (1983). Conforme afirma este autor, os campos, e também o campo científico, são estruturados a partir de uma disputa de interesses, no caso, a posse da autoridade científica, compreendida como prestígio, *status* e reconhecimento no interior do próprio campo.

Nesse sentido, os membros que compõe o campo científico são classificados em dois grupos: os aspirantes e os produtores; sendo os primeiros aqueles que buscam o prestígio e a legitimidade acadêmica, já os segundos, apesar de já serem reconhecidos pelo próprio campo, continuam na disputa a fim de preservar sua autoridade.

Portanto, a disputa entre os concorrentes também definiria o valor de seus objetos de pesquisa e temáticas abordadas, de modo que a luta pela dominação científica atribui valor e legitimidade aos objetos de estudo e aos métodos e estratégias empregados (BOURDIEU, 1983). Nesse sentido a concorrência entre os agentes e o desejo de emergir na carreira acadêmica, por parte dos aspirantes, e a conservação da ordem estabelecida, por parte dos dominantes, fazem com que eles optem por objetos de maior legitimidade acadêmica, ou os mais valorizados pelo campo, pois estes lhes conferem maior prestígio.

O que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros: portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como interessante aos olhos dos outros. (BOURDIEU, 1983, P. 125)

Se os objetos e interesses do campo são, portanto, articulados de acordo com as disputas e valores a eles conferidos, questionamos se a infância, nesse sentido, não foi

interpretada pelo campo sociológico como um objeto sem valor, que não conferiria a seus produtores a legitimidade esperada.

A infância, interpretada como objeto destituído de valor para a comunidade científica, sobretudo para a sociologia, sofreu um processo de marginalização conceitual, sendo ignorada pelas principais correntes sociológicas até meados do século XX. Porém, essa invisibilidade da infância nas análises sociológicas foi interpretada também como sintomática da posição social ocupada pela infância (Qvortrup, 2010). Nesse sentido, se a infância constituía um grupo marginalizado na estrutura social, essa forma de entendimento seria reproduzida no campo científico, sobretudo na sociologia:

De fato, de acordo com a socióloga canadense Anne-Marie Ambert, que há duas décadas chamava de “quase inexistência” de estudos sobre a infância nas principais correntes da Sociologia, isso era uma novidade. Seu estudo incluiu sociólogos clássicos como Comte, Marx, Pareto, Weber, Durkheim, Simmel, Mead, Parsons, e Merton, os quais evitavam, propositadamente ou não, a infância enquanto assunto de discussão: a autora descobriu que a situação não estava melhor nos livros escolares de Sociologia moderna nem nos periódicos da área. A questão sobre a possibilidade dessa marginalização era levantada como sintomática da posição da infância na sociedade. (QVORTRUP, 2010, P. 633)

Ou seja, as crianças e a infância² não eram dotadas de autonomia conceitual e não eram compreendidas como categorias de estudo, tal situação levou os sociólogos franceses a definirem a infância por fantasma onipresente ou terra incógnita, já os sociólogos britânicos a chamaram de marginalizada, excluída, invisível, conforme afirma Sirota (2001). Independente do termo utilizado, todos procuraram expressar a condição de exclusão da infância das análises sociológicas até então.

No entanto, conforme apontam os eventos descritos na introdução do presente texto, a partir da década de 1980 e 1990 a Sociologia despertou para o estudo da infância e das crianças após um longo período em que ela foi desdenhada e ignorada (Sirota, 2001). Tal processo foi resultado de mudanças conceituais ocorridas no próprio campo da Sociologia, sobretudo a partir de novas interpretações acerca da socialização.

² A Sociologia da Infância propõe uma diferenciação analítica do seu objeto de estudo: as crianças são, portanto, atores sociais, enquanto que a infância é compreendida como categoria social de tipo geracional (Qvortrup, 2010).

A EMERGÊNCIA DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: RUPTURAS CONCEITUAIS

Sirota (2001)³ aponta que a sociologia da educação permaneceu durante muito tempo limitada às interpretações de Durkheim (1978) sobre os processos de socialização. Por isso faz-se necessário abordar os conceitos sistematizados por este autor.

Tomando como referência os estudos de Durkheim (1978), observaremos que o autor compreende o processo de socialização enquanto manutenção dos valores e crenças societários, na medida em que o sujeito, condicionado pelas forças externas, apenas reproduziria os conhecimentos transmitidos pelas gerações adultas:

[...] a sociedade se encontra, a cada nova geração, como que diante de uma tabula rasa, sobre a qual é preciso construir quase tudo de novo. É preciso que, pelos meios mais rápidos, ele agregue ao ser egoísta e associal, que acaba de nascer, uma natureza capaz de vida moral e social, eis aí a obra da educação. Ela cria no homem um ser novo. (DURKHEIM, 1978, P. 42)

A partir das concepções de Durkheim, e dada sua expressiva influência no campo sociológico, elaborou-se a concepção de criança compreendida como tabula rasa, ou seja, como objeto de socialização: a criança apenas interiorizaria os valores e símbolos provenientes da vida adulta. Uma vez assim considerada, a criança foi designada como ser associal, que deveria receber a formação e preparação para seu ingresso na sociedade, a fase de preparação correspondia a sua infância.

Sarmiento (2007) aponta que a compreensão da infância como fase da vida articula-se com a ideia de criança como vir-a-ser, ou seja, como um sujeito que está à margem social, sendo que sua inserção somente se dará quando ela atingir a idade adulta. Tal concepção fundamenta-se no olhar adultocêntrico que compreende a infância a partir das características adultas, assim julgando a criança como um ser incompleto, incapaz e incompetente.

Nesse sentido, observa-se que a ênfase da análise sociológica esteve presente nos métodos e instituições socializadoras, cujo objetivo principal era a idade adulta. E, conforme

³ A sociologia em geral, particularmente a sociologia da educação, seja ela de língua francesa ou inglesa, permaneceu durante muito tempo implicitamente circunscrita a essa definição durkheimiana, desenvolvendo, em perspectivas autônomas de pesquisa, diferentes olhares sobre a infância, configurados segundo os modos de apreensão institucional do objeto social. Estes são, pois, os pontos de partida do apagamento da infância ou de sua marginalização (Qvortrup, 1994; Corsaro, 1997) como objeto sociológico, contrariamente às proposições de Mauss. (SIROTA, 2001, p. 9)

afirmam Sirota (2001) e Qvortrup (2010), a sociologia da educação, permanecendo vinculada às concepções durkheimianas, terminou por marginalizar conceitualmente a infância neste campo do conhecimento.

Até meados do século XX, a criança era concebida como tabula rasa, ser em devir, marginalizada da sociedade até completar a idade adulta, a infância era compreendida como uma fase ou período natural e universal da vida do ser humano:

Mas também as ciências sociais, e a sociologia em particular, convergiram fortemente nesta orientação dominante, ao pensarem as crianças prioritariamente como objetos ou destinatários de processos de socialização primária e secundária pelos quais as gerações mais novas adquirem as normas, valores, crenças e ideias de seu grupo social de pertença, sendo introduzidas à reprodução social. As ciências sociais, nas suas abordagens dominantes de algum modo adquiriram como válida e atualizaram a teoria lockiana de tabula rasa, segundo a qual a infância é a idade da inscrição direta e a problemática da vida social. Nem certo sentido, muito do labor da sociologia durante décadas não constituiu noutra coisa senão investigar este trabalho de inculcação, pelo qual se reproduz a sociedade. (SARMENTO, 1997)

Conforme aponta Sarmiento (1997), a sociologia e principalmente a sociologia da educação, ao conceberem a criança como tabula rasa possibilitaram que a ênfase dos estudos fosse reservada às instituições socializadoras, anulando a complexidade da realidade social das crianças. Isso também possibilitou a marginalização conceitual da infância, na medida em que a criança permanecia oculta no papel do aluno ou ainda nos papéis desempenhados no interior da família.

Esta abordagem, portanto, reforçava esta visão da infância enquanto etapa universal e biológica da vida humana: sendo uma tabula rasa, a infância somente reproduziria o que as estruturas determinavam. A socialização, nesse sentido, é concebida enquanto processo de total identificação com a ordem estabelecida. (SETTON, 2005, P. 52)

A concepção de infância enquanto fase biológica se refere ao discurso que compreende a infância como um período de transição no qual a criança está em processo de desenvolvimento e o objetivo final desse período consiste em atingir a maturidade na idade adulta, porém é visível que tal concepção de infância estava atrelada às explicações de ordem biológica. Elias (1999, P. 18) se contrapõe a esta análise ao afirmar que a sociologia ainda estava impregnada pelos conceitos e métodos das ciências naturais, sendo necessária

emancipá-la: “Muitas palavras e conceitos cujas formas actuais derivam essencialmente da interpretação de factos naturais, foram transferidos indevidamente para a interpretação dos fenômenos humanos e sociais”.

Nesse sentido, observamos que este paradigma, de certa forma, já inviabilizava qualquer tentativa de olhar a infância enquanto grupo ativo na dinâmica social. Ao conceber a infância enquanto vaso vazio que somente reproduziria os valores e crenças transmitidos pelas gerações adultas, a ênfase na análise da socialização recai sobre as instituições responsáveis pelo processo: família, escola e religião, fazendo com que a infância permaneça na marginalidade dos discursos sociológicos e reforçando as antigas dicotomias entre indivíduo e sociedade e entre agência e estrutura.

Esta tendência em explicar os fenômenos sociais a partir dos conceitos das ciências naturais foi objeto de crítica de Elias (1999) que o chamou de pensamento pré-científico. Na tentativa de ultrapassar, portanto, as dicotomias estabelecidas na sociologia, Elias argumenta em favor de maior autonomia conceitual deste campo, afirmando a necessidade de construção de novos conceitos, de modo que a sociologia não restrinja suas análises aos determinismos das leis científicas (P. 22)

De acordo com a concepção eliasiana, podemos observar que a perspectiva que compreende a infância enquanto objeto de socialização das gerações adultas reforça o pensamento tendencioso de considerarmos a sociedade como instância superior e oposta ao indivíduo. Nesse sentido aborda-se os grupos humanos, sobretudo a família e a escola, como se fossem estruturas distantes, fixas, supranaturais em relação aos indivíduos, destituindo tais estruturas do seu caráter humano: “Nesse tipo de pensamento parece evidente que o eu ou os indivíduos particulares estão de um lado, havendo do outro lado a estrutura social, o meio ambiente que me rodeia, a mim e aos outros.” (ELIAS, 1999, P. 16)

Elias propõe uma releitura deste antagonismo: se para Durkheim a educação atende, sobretudo, a necessidades sociais, como se o indivíduo fosse apenas o meio para atingir o fim último que é a sociedade, para Elias a sociedade, compreendida enquanto uma rede de interdependências estrutura-se a partir das relações recíprocas entre indivíduo e sociedade:

Uma das grandes controvérsias de nossa época desenrola-se ente os que afirmam que a sociedade, em suas diferentes manifestações – a divisão do trabalho, a organização do Estado, ou seja lá o que for -, é apenas um

“meio”, consistindo o “fim” no bem-estar dos indivíduos, e os que asseveram que o bem-estar dos indivíduos é menos “importante” que a manutenção da unidade social de que o indivíduo faz parte, constituindo esta o “fim” propriamente dito da vida individual. Acaso, já não equivaleria a tomarmos partido nesse debate o fato de começarmos a procurar modelos para compreender a relação entre indivíduo e sociedade nas relações entre os tijolos e a casa, as notas e a melodia, a parte e o todo? (ELIAS, 1994, P.17)

Portanto, Elias se contrapõe a concepção egocêntrica de sociedade, como se o indivíduo, passivamente, interiorizasse as crenças e valores transmitidos pelas estruturas. Para tanto, o autor propõe um novo entendimento da dinâmica social, esta considerada como uma totalidade inacabada, produto das relações dialéticas estabelecidas entre os indivíduos e entre eles e as estruturas, de maneira que cada indivíduo está inserido nesta rede de interdependências a partir das funções que desempenha, tais como diretor de fábrica, médico, mecânico, professor, dona-de-casa, pai, amigo, irmão, entre outras:

Mas cada uma dessas funções em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferros. São mais elásticas, mais variáveis, mas mutáveis, porém, não menos reais, e decerto não menos fortes. E essa é a rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, ela e nada mais, que chamamos “sociedade”. (ELIAS, 1994, P. 23)

Elias (1994), ao compreender a sociedade como uma rede de interdependências, confere ao indivíduo maior potencial de atuação frente às estruturas, de maneira que a constituição de sua individualidade somente é possível quando as funções que desempenha estão inseridas em um universo plural, onde escolhas são tornadas possíveis. Logo, a individualidade somente é possível porque, dada a diversidade de valores, papéis e funções assumidas, permitirá aos indivíduos traçarem trajetórias singulares.

A relação entre indivíduo e sociedade, portanto, é dinâmica e recíproca, no sentido de que a formação do indivíduo depende deste entrelaçamento de funções, na medida em que sua constituição psíquica não está vinculada a constituição hereditária, mas a

modelagem imbricada pelo social, de forma a tornar os comportamentos e a auto-regulação individual característicos da sociedade a qual pertence. Por outro lado, a modelagem social, devido seu caráter de maleabilidade, permite que a regulação seja individualizada, ou seja, dependente da estrutura das relações que indivíduo constituirá. O indivíduo, portanto, trás em sua constituição aquilo que foi construído pelo “social”, ou seja, as características peculiares de uma dada sociedade, mas também trás o que o singulariza e o diferencia dos demais indivíduos pertencentes à mesma sociedade:

É que, a rigor, o modo como uma pessoa decide e age desenvolve-se nas relações com outras pessoas, numa modificação de sua natureza pela sociedade. Mas o que assim o molda não é algo simplesmente passivo, não é uma moeda sem vida, cunhada como milhares de moedas idênticas, e sim o centro ativo do indivíduo, a direção pessoal de seus instintos e de sua vontade, numa palavra, seu verdadeiro eu. O que é moldado pela sociedade também molda, por sua vez: é a auto-regulação do indivíduo em relação aos outros que estabelece limites à auto-regulação destes. Dito em poucas palavras, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz. (ELIAS, 1994, P. 52)

Portanto, ao compreender a formação do indivíduo e da sociedade como mútuas, Elias (1994) rompe com o paradigma que compreende o sujeito como mero receptor das informações transmitidas pelas instituições socializadoras, possibilitando uma nova leitura sobre o papel desempenhado pela infância no processo de socialização.

Ao romper com a tradição sociológica que tendia pensar a relação entre indivíduo e sociedade de forma dicotômica, como se os indivíduos somente assimilassem os valores e crenças transmitidos, Elias (1994) abre espaço para a formulação de um novo entendimento sobre a dinâmica social. A interdependência entre indivíduo e sociedade bem como a noção de que os indivíduos não são passivos ao processo de socialização, terão papel fundamental para a estruturação do campo da Sociologia da Infância.⁴

Dessa maneira, também possibilita enxergarmos a infância enquanto grupo presente e atuante nesta rede de interdependências que caracteriza a dinâmica social. No tópico seguinte, buscamos articular a perspectiva eliasiana às discussões trazidas pela Sociologia da Infância a fim de traçar contribuições para o entendimento da infância enquanto grupo social.

⁴ Segundo Sirota (2001) é a oposição à concepção de infância enquanto objeto passivo de socialização que irão se fundamentar os paradigmas da Sociologia da Infância.

A CONSTITUIÇÃO DA INFÂNCIA ENQUANTO GRUPO SOCIAL

“Não existe um grau zero da vinculabilidade social do indivíduo, um “começo” ou ruptura nítida que ele ingresse na sociedade que vindo de fora, como um ser não afetado pela rede, e então comece a se vincular a outros seres humanos” (ELIAS, 1994, P. 31). Ao afirmar que não existe um “início” na vida social, mas que o indivíduo já faz parte da dinâmica social desde seu nascimento, Elias se contrapõe a concepção de que infância é um grupo excluído, que primeiramente deve adequar-se à ordem social para depois passar a integrá-la: “As crianças são dessa forma, por definição, excluídas da sociedade, uma vez que a sua integração a esta marca o fato da sua infância ter chegado ao fim” (QVORTRUP, 2010, P. 636)

Essa concepção de infância norteou durante um longo período os estudos sociológicos, legitimando a compreensão da infância enquanto fase universal da vida humana e as crianças enquanto seres em devir, ou seja, cuja ação se daria somente no futuro. Porém, ao postular primeiramente que a socialização não é um processo de mera assimilação, mas que os indivíduos atuam sobre as informações recebidas, e posteriormente que tais indivíduos são membros da estrutura social desde o nascer, Elias abre espaço para compreendermos a constituição da infância enquanto grupo ativo na dinâmica social:

[...] construir o objeto criança com base no que deveria ser uma banalidade: as crianças são atores sociais, participam das trocas, das interações, dos processos de ajustamento constantes que animam, perpetuam e transformam a sociedade. As crianças têm uma vida cotidiana, cuja análise não se reduz à das instituições. (Mollo-Bouvier apud Sirota, 2001, P. 10)

Nesse sentido, a infância pode ser concebida como grupo participante da rede de interdependências, constituída a partir da interação entre as diferentes estruturas. Dessa forma, as relações que se dão na dinâmica social serão constituintes da infância enquanto grupo: assim, as conexões entre os indivíduos e suas ações, a forma de interpenetração entre eles construirá uma determinada configuração⁵ da infância.

⁵ Como já demonstramos algures mais detalhadamente, quanto mais intimamente integrados forem os componentes de uma unidade compósita ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau da sua

Porém, é necessário sistematizar o elemento comum capaz de unir as crianças sob um mesmo denominador, nesse sentido, a infância enquanto categoria geracional é o elemento social que agrega todas as crianças.

Qvortrup (2010) compreendendo a infância enquanto categoria social compreende os processos de estratificação social a partir do conceito de geração:

[...] o conceito de geração entronca na sociologia do conhecimento que se propôs a levar a cabo e corresponde a um fenômeno cuja natureza é essencialmente cultural: a geração consiste num grupo de pessoas nascidas em uma mesma época, que viveu os mesmos acontecimentos sociais durante sua formação e crescimento [...] (SARMENTO, 2005, p. 47)

Portanto, é a pertença a um grupo geracional que faz da infância uma categoria estrutural da sociedade, na medida em que a geração é cotidianamente “preenchida” e “esvaziada” pelo fato das crianças crescerem e, a partir de então, tornarem-se membros de outro grupo geracional, a presença da infância enquanto categoria é constante, ainda que essa presença seja caracterizada por um alto nível de rotatividade de seus membros.

Nesse sentido, a perspectiva geracional é indispensável para compreendermos a infância enquanto grupo presente na dinâmica social, cuja configuração é afetada pela interação com diferentes estruturas e pela relação com os outros grupos geracionais, a idade adulta e a velhice.

No entanto, conforme apontado por Elias, é preciso evitar os determinismos biologistas e sociais na compreensão da infância. Dessa forma, ainda que sua presença na dinâmica social legitime sua definição enquanto categoria social, não se pode perder de vista que a infância é um período da vida, sendo assim justificada a intensa rotatividade dos membros que a constituem, no caso, as crianças (QVORTRUP, 2010). Com isso, podemos afirmar que a infância, enquanto grupo social, assume diferentes configurações de acordo com a interação entre ela e os demais grupos geracionais, de forma que a configuração construída em um determinado momento é resultado de mudanças e de continuidades.

interdependência funcional, menos possível será explicar as propriedades dos últimos apenas em função das propriedades da primeira. Torna-se necessário não só explorar uma unidade compósita em termos das suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade. O estudo da configuração das partes unitárias ou, por outras palavras, a estrutura da unidade compósita, torna-se um estudo de direito próprio. (ELIAS, 1999, P. 78)

Para tanto, é necessário explicitar que, partindo de Elias, compreendemos a configuração como a dinâmica das relações entre os grupos, sendo o poder o elemento constitutivo de tais relações. Nesse sentido, se a sociedade é constituída por uma rede de interdependências, a interpenetração entre as estruturas e entre os indivíduos muda de acordo com a distribuição de poder, assim “[...] só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros”. (ELIAS, 1999, p. 79).

Portanto, se a infância constitui um grupo presente na estrutura social, suas características coletivas bem como as funções que desempenha serão afetadas pelas diferentes estruturas e demais grupos geracionais que interagem com ela⁶. Semelhante entendimento é sistematizado por Qvortrup, porém este autor denomina tais influências de forças externas:

É fácil nomear tais parâmetros, mas é difícil ser completo: estamos falando de parâmetros econômicos, políticos, sociais, culturais e tecnológicos, e certamente temos também parâmetros ideológicos e/ou discursivos, ou seja, parâmetros que representam os entendimentos e ideologias sobre crianças e infância. É a interação entre os parâmetros que produz todas as configurações sociais, incluindo os grupos sociais e as relações entre eles. Em qualquer fase, portanto, a infância é o resultado de fortes relações entre os parâmetros prevaletentes, os quais devem ser todos considerados como forças estruturais. (QVORTRUP, 2010, P. 637)

Nesse sentido, a configuração social da infância se transforma de maneira constante por meio da articulação dos parâmetros estruturais descritos anteriormente, mas nem por isso sua categoria estrutural deixa de ser permanente. O que equivale dizer que a infância, enquanto grupo geracional, afeta e é afetada pelos eventos históricos e transformações sociais em larga escala e que nenhuma criança é capaz de evadir-se do impacto de tais fatores, e que a infância, enquanto estrutura, afeta e é afetada por seus membros individuais, mas está ao mesmo tempo além deles, dependendo de sua ação, mas

⁶ “O campo da sociologia da infância está fundamentada em duas perspectivas: a estrutural e a agency ou “agência”. A perspectiva estrutural dedica-se à categoria da infância e vincula-se às instituições, à tecnologia, à mídia, às leis e ao trabalho – para citar apenas alguns parâmetros. Por sua vez, a respeito da agency, na língua portuguesa o termo que mais se aproxima é “agência”. O sentido atribuído a essa noção relaciona-se às ações e às modificações que as crianças promovem nos espaços sociais. Portanto, essas duas perspectivas não são excludentes, pois tendem de certo modo a se misturar”. (GOMES, 2012, P. 21)

fortemente dependente das relações entre as gerações: “Portanto, estar na geração significa receber as influências da sociedade – configuradas pelos parâmetros estruturais e pela diversidade de interações sociais – e influenciar essa mesma sociedade a partir de suas atuações”. (GOMES, 2012, P. 90)

Portanto, a partir da noção de entrelaçamento social, podemos visualizar a importância de se reconhecer a infância enquanto período, mas também como grupo fundamental para a constituição individual. O que significa que, durante um determinado período da vida, a constituição da identidade coletiva é representada pela infância, ou seja, pelo fato dos membros desse grupo se identificarem como sendo crianças.

Ademais, é preciso lembrar que a infância enquanto grupo está localizada em uma rede de interações e interdependências e que se olharmos a dinâmica social do ponto de vista geracional veremos que as intensas relações entre os grupos também formarão um entendimento sobre o que é ser criança, as funções que ela desempenha, as atividades que lhes são ou não permitidas. A infância, portanto, é um fenômeno social inter e intrageracional⁷.

Porém, conforme aponta Sarmiento (2007), a constituição histórica das concepções de infância, baseadas na perspectiva da infância enquanto objeto de socialização e das crianças enquanto seres em devir, terminaram por legitimar a caracterização desse grupo geracional como a idade do não ou a idade da ausência. No entanto, segundo a perspectiva eliasiana é necessário compreender o processo que levou à configuração de tal entendimento sobre a infância.

A CONSTITUIÇÃO DA NOÇÃO MODERNA DE INFÂNCIA

A fim de traçar contribuições para o entendimento da configuração social da infância, partiremos da sugestão de Elias de que para a compreensão de processos complexos de interpenetração, podemos isolar o objeto temporariamente para torná-lo mais compreensível (ELIAS, 1999, P.79). Dessa forma, tomando como referência a perspectiva da longa duração proposta por Elias, pretendemos, neste tópico, traçar

⁷ Além disso, a dinâmica dos processos sociais, os diversos parâmetros sociais e as dependências mútuas entre os indivíduos – crianças, jovens, adultos e velhos – formam uma configuração que movimenta constantemente essa categoria geracional e que a constitui ao mesmo tempo como variável e permanente. (GOMES, 2012, P. 66)

contribuições acerca da constituição da noção moderna de infância, compreendendo tal processo a partir do elemento que, segundo Elias, caracteriza todas as relações humanas: o poder.

Nesse sentido, conforme esboçamos no tópico anterior, na medida em que a infância está inserida em uma rede de relações funcionais⁸ com os demais grupos geracionais, os movimentos de um grupo dependem do outro, bem como suas ações futuras (ELIAS, 1999). No entanto, nos casos em que a distribuição do poder se dá de forma desigual, determinados grupos possuirão maior capacidade de influenciar as ações dos demais. Porém, devido a dinamicidade das relações, a força desses grupos pode modificar-se devido a perda de poder ou ganho de poder pelo outro grupo. Assim, a teia de relações muda de acordo com a distribuição de poder. (ELIAS, 1999, P.88)

Podemos localizar a infância, dessa forma, em suas relações com os demais grupos geracionais se compreendermos o processo que levou à construção moderna da noção de infância.

Para tanto, Ariés (1981) demonstrou como determinados eventos históricos e transformações nos modos de pensar se articularam, configurando um novo entendimento sobre a infância. A emergência de um sentimento de infância (ARIÉS, 1981) elaborou-se entre os séculos XIII ao XV por meio de um processo que envolveu alterações psicológicas, sociais e políticas que culminaram, no século XVIII, com o triunfo do individualismo burguês, a compreensão de que as crianças possuíam características peculiares e, conseqüentemente, sua institucionalização.

Ressaltamos a importância das proposições de Ariés (1981), estabelecendo um diálogo com as perspectivas de Elias (1994), na medida em que o primeiro ao traçar um panorama histórico, demonstrou como as mudanças sociais, políticas e psicológicas impactaram a ideia de infância bem como a maneira de se relacionar com ela:

A proposição de Ariés (1962) de que a infância foi uma invenção cultural, é importante na medida em que sugere uma modalidade não causal na forma de infância devido às exigências de mudança na sociedade. A importância de seu estudo foi a capacidade de tornar inteligível uma mudança histórica,

⁸ Esta seria uma das nove teses defendidas por Qvotrup (2011, P. 205) “[...] porque a presença da infância influencia fortemente os planos e os projetos não só dos pais, mas também do mundo social e econômico. A infância interage, então, estruturalmente, com os outros setores da sociedade”.

tanto na arquitetura da infância como nas atitudes em relação à ela. (QVORTRUP, P. 77)

Nesse sentido, assim como demonstrou Elias em *O processo civilizador* (1994), Ariés aponta as principais mudanças que levaram à construção moderna da noção de infância, porém, é preciso observar que tais mudanças ocorreram de maneira lenta e gradual e que, por isso, ainda que demonstre uma tendência, tal movimento não foi planejado nem previsto.

O processo que levou à construção do sentimento de infância (ARIÉS, 1981) esteve atrelado às mudanças de ordem política, social e psicológica. Do ponto de vista psicológico, podemos pontuar as alterações na esfera da vida privada. A partir de uma nova relação com sua própria intimidade, o indivíduo passou a desejar um maior tempo para estar consigo mesmo. Além dessa mudança, Ariés, baseando-se em Elias, aponta a criação de uma nova atitude com o próprio corpo e com o corpo do outro. Isso pode ser evidenciado pelo fato dos indivíduos passarem a se incomodar com o ato de escarrar à mesa e de observar os demais nos momentos em que estes estão realizando suas necessidades fisiológicas. A observância da emergência da literatura de civilidade, conforme analisado por Elias (1994), demonstra alterações não somente no modo de comportar-se em diferentes espaços como também mudanças na estrutura social.

A construção de uma nova noção de pudor, o novo papel assumido pelo Estado, enquanto detentor do monopólio da força física, assim como a emergência de um novo significado da família e de sua vida particular articularam-se de modo que a vida cotidiana, até então caracterizada pela sociabilidade pública, tornasse-se privada:

Parece-me que os séculos XVI e XVII de certa forma assinalam o triunfo de um individualismo dos costumes, quero dizer na vida cotidiana (e não na ideologia: há uma defasagem entre ambas). Os espaços sociais que a conquista do Estado e os recuos da sociabilidade comunitária deixaram livres vão ceder lugar ao indivíduo para se instalar no isolamento, na sombra. (ARIÉS, 2010, P. 14)

Esse movimento de mudança nos comportamentos bem como o retraimento da vida pública seriam decisivos para a diferenciação entre os grupos geracionais e, em particular, para a ideia de infância enquanto grupo apartado da vida social.

Conforme demonstrou Ariès (1981), o novo sentido atribuído à família enquanto esfera de afetividade e proteção, foi resultado de alterações graduais. Assim, a criança, que até então era desdenhada e vista como um adulto em miniatura, passou a ganhar espaço na vida familiar, estabelecendo uma nova relação entre ela e os demais membros da família.

Áries (1981) distingue o processo de construção da noção de infância em duas fases: a primeira delas seria caracterizada pelo estabelecimento de uma nova relação com a infância pautada na distração, ou na percepção de que as crianças eram seres que serviam à diversão familiar; já na segunda fase os grupos adultos, estimulados pelos eclesiásticos, passam a se interessar pela educação da criança, no sentido de habituá-la à moral e aos valores:

O primeiro sentimento da infância – caracterizado pela paparicação – surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno agora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso, ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento passou, por sua vez, para a vida familiar. (ARIÉS, 1981, p. 164)

Dessa maneira, a criança torna-se objeto de preocupação educativa. A ideia de que ela é um ser frágil e que, por isso, precisava ser protegida, determinará seu afastamento da vida social, colocando-a em uma espécie de período de quarentena (Ariés, 1981), em uma instituição social específica, a escola, colaborando para a concepção de que a infância precisasse ser preparada para a vida em sociedade e que, por isso, deveria permanecer dela excluída até finalizar tal preparação.

Nesse sentido, Ariés (1981) aponta que os grupos geracionais até então se comportavam da mesma maneira, não havendo diferenciação entre eles. “ O padrão que está emergindo em nossa fase de civilização caracteriza-se por uma profunda discrepância entre o comportamento dos chamados “adultos” e das crianças.” (ELIAS, 1994, P. 145 – grifos do autor). Podemos observar que o conjunto das alterações comportamentais e a necessidade de auto-controle definidas por Elias como processo civilizador constituíram não somente a gênese de muitos padrões de comportamentos contemporâneos como também a fundação de ideias relacionadas à concepção de infância enquanto grupo afastado da vida social.

O isolamento social da infância, ou seja, o entendimento de que ela deveria primeiro ser preparada para a vida social para depois nela ingressar pode ser interpretada a partir de um processo histórico que culminou na legitimidade de tal concepção, considerando a infância como um grupo frágil e vulnerável.

Dessa maneira, para Qvortrup (2011) o afastamento da infância da vida social terminou por configurá-la enquanto um grupo menor, sendo tal menoridade caracterizada pela ausência de poder desse grupo e legitimação do grupo adulto enquanto grupo superior:

Pessoalmente, concordo com a abordagem que categoriza a criança como grupo minoritário, definido em relação ao grupo dominante, que possui *status* social mais alto e maiores privilégios, isto é, nesse caso, os adultos; e, indo além, como um grupo que, por suas características físicas ou culturais, é singularizado à parte da sociedade, com um tratamento diferencial e desigual. (QVOTRUP, 2011, P. 210)

Logo, podemos interpretar que o processo histórico de construção da noção moderna de infância foi configurado não apenas pelas mudanças do comportamento e dos padrões de auto-regulação (ELIAS, 1994), mas que a diferenciação entre os grupos geracionais possibilitou uma alteração no equilíbrio de poder (ELIAS, 1999) entre eles em favor da idade adulta, contribuindo para a configuração da infância a partir da referência do grupo dominante como uma idade definida pelos traços da negatividade: a idade daquele que não fala, não possui racionalidade constituída, não trabalha e não participa da vida social, nesse sentido, configurada como a idade da incompletude e da submissão:

Aqui chegados, importa sublinhar que todos os processos de qualificação da infância por negação constituem efetivamente um ato simbólico de expressão de adultocentrismo e a projeção ideológica sobre a infância de concepções ideológicas essencialistas sobre a condição humana. Com efeito, a infância deve sua diferença não a ausência de características (presumidamente) próprias do ser humano adulto, mas à presença de outras características distintivas [...] (SARMENTO, 2007, P. 35)

Assim, seria possível considerar as relações entre as gerações a partir do conceito de estabelecidos e *outsiders* proposto por Elias e Scotson (2000, p. 28):

[...] os grupos estabelecidos veem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os grupos outsiders, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam efetivamente sua

inferioridade de *poder* como um sinal de inferioridade *humana*. (grifos dos autores)

Nesse sentido, a idade adulta, tendo adquirido a posição de grupo dominante por meio da alteração do equilíbrio de poder, tem sido considerado o grupo legítimo na contemporaneidade, enquanto que a infância tem sido representada não só pela ausência de características próprias do grupo adulto como concebida a partir de sua inferioridade, considerada natural. Se Elias e Scotson (2000, P. 67) afirmam que na relação entre estabelecidos e *outsiders* há a criação de uma ideologia que sustenta e justifica a superioridade do grupo dominante, podemos observar que as concepções de infância que a representam enquanto grupo incapaz, inativo e incompleto terminam por legitimar a superioridade do grupo adulto.

No entanto, se compreendermos a constituição da noção moderna de infância como revelador de uma tendência do equilíbrio de poder em direção ao grupo adulto, interrogamos se as novas interpretações sociológicas acerca da infância podem ser analisadas a partir de alterações nesse equilíbrio de poder?

Ainda que não tenhamos elementos empíricos capazes de responder tal questionamento, a dúvida revela uma importante hipótese a ser desvelada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do questionamento acerca da marginalidade conceitual da infância nos discursos sociológicos, o presente texto teve como objetivos articular o referencial teórico proposto por Norbert Elias com as discussões trazidas pela Sociologia da Infância a fim de contribuir para o entendimento da emergência do debate sociológico da infância.

Para tanto, a partir da reflexão do conceito de campo cunhado por Bourdieu, interpretamos que infância enquanto objeto de estudo foi destituído de seu valor até meados do século XX, no caso, para a sociologia, por não conferir legitimidade aos produtores e potencial de disputa pelo monopólio da autoridade científica.

A marginalidade conceitual da infância nas análises sociológicas, conforme os autores citados, pode ser analisada a partir de dois pontos de vista: decorrente da posição

social ocupada pela infância e seu caráter historicamente construído de grupo minoritário; ou devido a preponderância da concepção de infância estruturada a partir de conceitos das ciências naturais, vista até então, como uma fase ou período universal da vida humana.

Nesse sentido, a prevalência da perspectiva durkheimiana no âmbito da sociologia da educação, principalmente na compreensão da infância enquanto tabula rasa, terminaram por concebê-la enquanto objeto de socialização das gerações adultas, anulando o papel desempenhado pela infância e ocultando-a nas análises sociológicas a partir da ênfase atribuída às agências socializadoras.

No entanto, as compreensões de Elias acerca da dinâmica social e também no que se refere à socialização, sobretudo o olhar detalhista que enxerga não somente a ação das estruturas como também a dos indivíduos, possibilitou olhar a infância como grupo ativo inserido na rede de interdependências: que é afetado pelas relações entre as estruturas, mas que também é capaz de afetá-las, de modo a ser moldada, mas também moldar.

Por conseguinte, utilizando o conceito de geração como critério de estratificação social, conforme apontado por Qvortrup podemos conceber a infância como categoria social, mas cuja configuração é mutável, dada as interpenetrações entre os demais grupos geracionais e entre eles e as demais estruturas.

Nesse sentido, a configuração social da infância se transforma de maneira constante por meio da articulação dos parâmetros estruturais, mas nem por isso sua categoria estrutural deixa de ser permanente.

No entanto, se a infância foi historicamente concebida como um grupo apartado e inativo da vida social, segundo a perspectiva de longa duração proposta por Elias, recorreremos às sínteses de Ariés a fim de compreender como se deu tal processo. Compreendendo que as relações entre os grupos geracionais também têm como fator preponderante o poder, articulamos as transformações políticas, sociais e psicológicas, denominadas por Elias como processo civilizador, às mudanças descritas por Ariés que culminaram na emergência de um sentimento de infância.

Portanto, conforme apontado por Elias, o processo civilizador também configurou um novo relacionamento entre os grupos geracionais, a partir da diferenciação entre eles. Dessa forma, o grupo adulto era visto como um grupo cujo comportamento deveria ser baseado no auto-controle. Já as crianças deveriam aprender esse novo padrão de comportamento, para, então, serem inseridas na vida social.

Ora, tal concepção de infância pode ser reveladora de maior potencial de poder em posse do grupo adulto, caracterizando a infância como grupo minoritário e como grupo apartado da dinâmica social. Tal perspectiva, portanto, revela não somente a posição social ocupada pela infância como também uma das possíveis interpretações para o ocultamento dela enquanto objeto de estudo sociológico.

Nesse sentido, interrogamos se a emergência da infância enquanto objeto de estudo sociológico pode ser interpretada como uma alteração no equilíbrio de poder dos grupos geracionais. Porém, ainda que não tenhamos elementos empíricos capazes de responder tal questionamento, a dúvida revela uma importante hipótese a ser desvelada.

Seguindo a perspectiva eliasiana que caracteriza o sociólogo enquanto destruidor de mitos, buscamos desconstruir as concepções de infância que favoreceram seu apagamento no âmbito da sociologia, mas sem desconsiderar que a ciência não é de todo desinteressada.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU. Pierre. O campo científico. In: BOURDIEU. P. Pierre Bourdieu: sociologia. (Org. Renato Ortiz). São Paulo. Ática, 1983.

DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ELIAS Norbert. Introdução à Sociologia. Edições 70, Lisboa, 1999.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma História dos Costumes. Volume I. Trad: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 1994.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 2000.

GOMES, Lisandra Ogg. Particularidades da Infância na complexidade social – Um estudo sociológico acerca das configurações infantis. São Paulo: s.n, 2010. Tese de doutorado.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre “infância como um fenômeno social”. In: Revista Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 1, pp. 199-21, jan/abr. 2011.

_____. A infância enquanto categoria estrutural. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 2, maio/ago. 2010, pp. 631-343.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: Dossiê Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças. Educação e Sociedade. Campinas. v. 26, n.91, Maio/Ago. 2005.

_____. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, V. M. R; SARMENTO, M. J. (Org.). Infância (in)visível. Araraquara: J&M Martins, 2007.

_____. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. (Org.) Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2009

SETTON, M. G. J. . A particularidade do processo de socialização contemporânea. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005, pp. 335-350.

SIROTA, Régine. Emergência de uma Sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 112, mar. 2001, pp. 7-31.